



## TRATAMENTO DE ESGOTO EM ITABORAÍ: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AO SANEAMENTO BÁSICO

*Antônio Cláudio Moura Ferreira de Souza, Vitória Silva Souza, Neyse de Carvalho Ribeiro, Vicente de Paulo Santos Oliveira.*

Instituto Federal Fluminense, Itaboraí - Rio de Janeiro. [claudio.acmfs@gmail.com](mailto:claudio.acmfs@gmail.com), [vivisouzaita@gmail.com](mailto:vivisouzaita@gmail.com), [neysecarvalho85@gmail.com](mailto:neysecarvalho85@gmail.com), [vicentepsoliveira@gmail.com](mailto:vicentepsoliveira@gmail.com). Rua Izaura Pantoja, nº 167-333, Nova Cidade, Itaboraí - Rio de Janeiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima-se que a população de Itaboraí seja de 244.416 habitantes em 2022. De acordo com dados colhidos do “Atlas Água e Esgotos”, criado pelo Governo Federal, através do Serviço e Informação do Brasil, juntamente com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da política nacional de recursos hídricos e de saneamento básico, há uma estimativa de que apenas 21,29% da área do município possui cobertura de saneamento básico. Observa-se que a maior parte do esgoto da cidade não é coletado e tratado, sendo certo que seus detritos são lançados nos rios. Nota-se que os habitantes de Itaboraí não possuem tal serviço em sua integralidade, informação esta obtida no sítio eletrônico “aguasesaneamento.org.br”, indicando que 190.911 habitantes não possuem esgoto - aproximadamente 78,71% dos cidadãos - sendo certo que apenas 21,29% da população possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário. Tendo por base a Política Nacional de Saneamento, instituída pela Lei Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estipula as normas e diretrizes nacionais para o saneamento básico, o presente estudo tem o objetivo de informar, bem como alertar a sociedade a respeito dos problemas existentes ressaltando, para tanto, que as questões não são somente ambientais, mas também sociais, econômicas e de saúde. Para efetivação da pesquisa, foi realizado um levantamento legislativo e estatístico acerca da temática. Foram consultados os sítios eletrônicos ANA e Águas e Saneamento. Os resultados atentam para a falta de investimento na expansão e efetivação das políticas relativas ao saneamento básico, especificamente nesse trabalho, o tratamento de esgoto. Conclui - se que essas questões causam uma cascata de problemas sociais, que podem ser evitados, caso seja implementada uma política ativa para mobilizar o poder competente para atuar de forma participativa nas questões ora abordadas.

Palavras-chave: Saneamento básico; Tratamento de esgoto; Acesso à informação.

Nível de Ensino: Médio, Graduação; Mestranda; Doutor.

Instituição de fomento: Instituto Federal Fluminense.